



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'T29', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Prova Dissertativa - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho da Prova Dissertativa - Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E).
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Dissertativa - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova Dissertativa - Redação, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Dissertativa - Redação (rascunho e transcrição) no Caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

O fim dos álbuns de fotografias

Quando me pergunto o que deverá desaparecer nos próximos anos, por conta dos avanços tecnológicos que mudam ou suprimem hábitos e valores tradicionais, incluo os álbuns de fotografias. Na verdade, são as fotografias mesmas, aquelas reveladas em papel, que estão desaparecendo para dar lugar às imagens arquivadas num celular ou num computador. Não é mais o tempo que as torna apagadas ou amareladas; é o nosso súbito desinteresse que as remove de vez ao toque de um "delete". Nem pensar em armazená-las naqueles álbuns de capa dura e folhas de papelão, alguns encadernados em pano, álbuns de família, que se acumulavam em baús ou velhos armários. São monumentos remotos, de um tempo em que a memória ia longe, chegava aos avós e aos bisavós.

Pergunto-me se não é a qualidade mesma da nossa memória, do nosso interesse pelas recordações, se não é o valor mesmo da memória que está mudando de forma radical. Parece estar havendo um crescente desprestígio de tudo o que se refere ao passado, ainda quando esse passado seja recente. Com isso, o tempo se reduz ao instante que está passando e ao aguardado amanhã, do qual se exigem novas revelações, novos milagres. Um álbum de fotografias, nessa velocidade, é um objeto de museu, testemunha de tempos mais ingênuos e de imagens paralisadas.

Enquanto não morrem de vez, ainda me detenho em alguns desses álbuns. Quase sempre são de gosto duvidoso, com capas pretensiosas, ilustradas com flores coloridas, gatinhos meigos, paisagens poéticas e outros mimos. Dentro deles surpreendo a vida que já foi, os olhares que nos apanham em nossa vez de ser modernos. Aí me ocorre que nossas imagens não irão parar em álbuns caprichosos, talvez nem mesmo em arquivos digitais: não estarão em lugar nenhum. É o preço que se paga pelo desapareço à memória.

(Vitório Damásio, inédito)

1. O autor estabelece uma relação de causa e efeito entre
- (A) o desprestígio por que momentaneamente passam os álbuns de fotografias e o mau gosto das capas que passaram a ostentar.
 - (B) a perda da memória familiar, entre os que se iludem com o avanço tecnológico, e a possibilidade da restauração de hábitos outrora prestigiados.
 - (C) a nova tecnologia aplicada ao arquivamento de imagens e o crescente desinteresse pela revelação de fotos e por sua conservação em álbuns próprios.
 - (D) o preço que se deve pagar pelo desapareço à memória e o hábito, arraigado entre nós, de conservar em álbuns as velhas fotografias de família.
 - (E) o desprestígio que vêm atingindo as lembranças do passado recente e a revalorização das lembranças registradas num tempo mais remoto.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, estabelece-se uma clara oposição entre as expressões *imagens arquivadas num celular ou num computador* e as imagens nos álbuns que se acumulavam em baús ou velhos armários, evidenciando-se assim uma significativa mudança de hábitos.
- II. No 2º parágrafo, ao se valer da expressão *um objeto de museu*, o autor mostra que é aceitável e justa a depreciação crescente dos álbuns de fotografias, uma vez que se trata de registros familiares, sem interesse público.
- III. No 3º parágrafo, a expressão *em nossa vez de ser modernos* acusa, com alguma ironia, o fato de que também o nosso momento é passageiro, que não podemos alimentar a pretensão de estarmos sempre no mesmo passo em que ocorrem as novidades.

Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) III.
 - (E) I e III.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *por conta dos avanços tecnológicos* (1º parágrafo) = a despeito dos progressos da ciência.
 - (B) *para dar lugar às imagens arquivadas* (1º parágrafo) = para ocupar o espaço de fotos classificadas.
 - (C) *um crescente desprestígio* (2º parágrafo) = uma resistente desagregação.
 - (D) *testemunha de tempos mais ingênuos* (2º parágrafo) = que assistiu a épocas mais simples.
 - (E) *não irão parar em álbuns caprichosos* (3º parágrafo) = não deterão arquivos presunçosos.
4. Na frase *É o preço que se paga pelo desapareço à memória*, que finaliza o texto, a expressão sublinhada está se referindo ao fato de que
- (A) é custoso desviar nossa atenção das velhas fotografias e dos velhos álbuns.
 - (B) as imagens de nós mesmos talvez não sejam preservadas de forma alguma.
 - (C) os velhos álbuns são testemunhos do mau gosto de uma época.
 - (D) costumam ser enganosas as imagens guardadas em álbuns.
 - (E) os registros em arquivos de papel estão longe de ser confiáveis.



5. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Os álbuns de família, que para muita gente parece apenas uma relíquia inútil, estariam condenados à desaparecer, em função de seu descrédito em nome da tecnologia.
- (B) Ser negligente com nossa memória, tal como parece estar ocorrendo em nossos dias, implica negligenciar o próprio sentido da nossa história, a própria formação da nossa identidade.
- (C) Os instantâneos obtidos por celulares, ao contrário dos antigos álbuns fotográficos, dispensam de serem revelados, ao passo que nestes ainda exigem um papel especial.
- (D) Se continuarmos a desleixar com nossa documentação através de fotografias, haverá de chegarmos ao momento onde nenhuma memória de nós resistirá ao tempo.
- (E) O fragilante de uma cena familiar pode ser precioso, ao documentar um momento cuja lembrança ninguém poderá se esquecer, eternizando para sempre uma situação especial.

6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na seguinte frase:

- (A) Já quase não se coleciona em álbum, em função das técnicas digitais, as fotografias familiares que tanto contavam de nossa história.
- (B) Para muita gente já não são mais necessários conservar os velhos álbuns de fotografias, substituídos que foram pelos arquivos digitais.
- (C) Aquelas velhas fotos não convêm ninguém desprezar, estão sendo cada vez mais raras, e algum dia acabará por converter-se num precioso documento.
- (D) Uma sucessão de fotos pode ilustrar um segmento importante de uma história familiar, à qual pertenceram aqueles velhos rostos e expressões.
- (E) A todas as pessoas deveriam caber, em respeito aos que as antecederam, conservar as imagens de outro tempo, de outros hábitos.

7. Os tempos e modos verbais encontram-se adequadamente articulados na frase:

- (A) Se alguém me perguntasse a respeito da necessidade de se preservar em álbuns as fotos familiares, não hesitarei em lhe dizer que eu alimentasse grande simpatia por esse hábito.
- (B) A cada vez que alguém me perguntar se estou entusiasmado com as novas técnicas digitais, eu teria dito que não, que tenho preferência pelas velhas fotos em papel.
- (C) Quando eu me punha a examinar os velhos álbuns de fotografia, era tomado por uma grande nostalgia, e passava a reconstituir histórias até então esquecidas.
- (D) Caso todos prefiram aderir aos arquivos de computador, as velhas fotografias teriam sido relegadas a um cruel desaparecimento.
- (E) Talvez ainda venha a ocorrer a revalorização das velhas fotografias, caso as pessoas percebessem que estas contam uma história preciosa.

8. Transpondo-se para a **voz passiva** a forma verbal sublinhada na frase *Dentro deles surpreendo a vida que já foi, obtém-se a expressão*

- (A) tenho surpreendido.
- (B) fora surpreendida.
- (C) estou surpreendendo.
- (D) será surpreendida.
- (E) é surpreendida.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Lições dos museus

Os museus, ao contrário do que se imagina, são uma invenção moderna: nasceram durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Os parisienses revoltados arrebataram as casas dos nobres e se serviram de bens, mobiliário e objetos de arte. O quebra-quebra era um jeito de decretar que acabara o tempo dos privilégios. A Assembleia Nacional debateu durante meses para chegar à conclusão de que os restos do luxo dos aristocratas deviam ser considerados patrimônio da nação. Seriam, portanto, reunidos e instalados em museus que todos visitariam, preservando agradavelmente a lembrança de tempos anteriores.

A questão em debate era a seguinte: será que fazia sentido preservar o passado, uma vez que estava começando uma nova era em que os indivíduos não mais seriam julgados por sua origem, mas por sua capacidade e potencialidades pessoais? Não seria lógico destruir os vestígios de épocas injustas para começar tudo do zero? Prevaleceu o partido segundo o qual era bom conservar os restos do passado iníquo e transformá-los em memórias coletivas.

Dessa escolha nasceram os museus e, logo depois, a decisão de preservar os monumentos históricos. Na mesma época, na Europa inteira, ganhou força o interesse pela História. A justificativa seria: lembrar para não repetir. Não deu muito certo, ao que tudo indica, pois nunca paramos de repetir o pior. No fundo, não queremos que o passado decida nosso destino: o que nos importa, em princípio, é sempre o futuro.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 330-331)

9. Os museus nasceram durante a Revolução Francesa e foram criados depois de debates da Assembleia Nacional, findos os quais se concluiu que

- (A) a guarda dos bens da aristocracia deveria caber provisoriamente ao Estado, que decidiria o futuro do que pertencia aos antigos aristocratas.
- (B) os bens dos antigos aristocratas deveriam ser mantidos como um patrimônio coletivo, prestando-se à conservação da memória histórica.
- (C) a destruição de todos os vestígios da antiga nobreza era necessária para a preservação das liberdades conquistadas pelos revolucionários.
- (D) o futuro, embora se anunciasse melhor do que o passado, deveria ser alimentado pela memória dos privilégios de que os nobres eram merecedores.
- (E) o passado, apesar das amplas lições que pode inspirar em tempos futuros, só deve ser preservado quando documenta os feitos dos cidadãos comuns.



10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Da leitura do 1º parágrafo, depreende-se que, a princípio, os bens dos nobres passaram às mãos de revolucionários, configurando-se então uma apropriação de caráter particular, ainda não público.
- II. No 2º parágrafo, informa-se que a posição vencida nos debates da Assembleia Nacional foi a de quem advogava em favor da preservação dos bens apreendidos, para que não se perdesse a memória dos méritos da aristocracia.
- III. No 3º parágrafo, manifestando uma opinião pessoal, o autor do texto julga imprescindível a existência de museus, uma vez que eles acabam exercendo uma função educativa, cuja importância há muito vem se demonstrando.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.
11. A frase ***Será que fazia sentido preservar o passado, uma vez que estava começando uma nova era?*** tem seu sentido preservado numa nova e correta redação em:
- (A) Teria sentido caso se conserve o passado na medida em que começa um novo tempo?
(B) Que sentido poderia haver o passado quando se preserva numa nova etapa histórica?
(C) Assim que se principia um novo tempo, faria sentido ainda quando se preservasse o passado?
(D) Em virtude dos novos tempos que estavam chegando, faria sentido manter vivo o passado?
(E) Porque faria sentido alimentar velhos tempos, conquanto uma nova era principiasse?
12. A frase em que **ambos** os elementos sublinhados exercem a função de **núcleo do sujeito** é:
- (A) Os bens dos aristocratas deviam ser considerados patrimônio de quem os tomou.
(B) Os parisienses revoltados arrebentaram as casas dos nobres.
(C) Os museus, ao contrário do que se imagina, são uma invenção moderna.
(D) Muitos acham que não é justo apagar os vestígios do passado.
(E) Dessa escolha da Assembleia Nacional nasceram os museus.
13. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Depois de muitos debates, os membros da Assembleia Nacional instalada pela Revolução Francesa, decidiram criar museus públicos, para preservar o passado.
(B) Embora muitos imaginem, que os museus são instituições antiquíssimas, eles de fato nasceram, tão somente no século da Revolução Francesa.
(C) Se era para começar tudo do zero, mais lógico seria naquele momento revolucionário, deixar que se apagassem todos os vestígios do passado.
(D) Não apenas os museus como também os monumentos históricos, constituem formas de uma memória histórica, que não se deseja perder.
(E) Sempre haverá quem acredite que a memória do passado histórico, quando bem preservada, ajudamos a evitar os graves erros que foram outrora cometidos.
14. Está correto o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Os debates da Assembleia Nacional, à que se refere o autor, foram calorosos.
(B) As casas dos nobres de cujas se lançaram os revoltosos foram saqueadas.
(C) O tempo com que frequentemente nos importamos não é o passado, mas o futuro.
(D) Há no passado muitas lições históricas em cujas podemos aprender.
(E) Os museus e os monumentos são instituições aonde algum aprendizado da história sempre se dá.
15. Está plenamente correta a redação da seguinte frase:
- (A) Não se sabe o por quê de tanto desprezo em relação ao passado, que tanto poder-nos-iam ensinar.
(B) Sim, sabe-se que privilégios sempre existem, e lhes desfrutam e os abusam os que chegam ao poder.
(C) Aos franceses, a Revolução propiciou-os afastar privilégios de quem lhes gozava injustamente.
(D) Quanto ao lema “lembrar para não repetir”, muitos lhe adotam por que acreditam na pedagogia da História.
(E) Cabe aos museus a preservação de obras de arte; sempre haverá quem as ame e por elas se interesse.

**Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**

Atenção: Responda às questões de números 16 a 20 de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

16. Um Técnico do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ficou incumbido de estabelecer a lista de Magistrados conforme o critério da antiguidade. Dessa forma, o primeiro critério de classificação é
- (A) o tempo de serviço público.
 - (B) a classificação no concurso.
 - (C) o tempo de serviço na Magistratura do Trabalho na 3ª Região.
 - (D) a data da publicação do ato de nomeação ou de promoção.
 - (E) a data da posse.

17. É competente para aprovar a remoção de Juiz mais antigo para a Vara de Trabalho e antecipar ou prorrogar o expediente do Tribunal o
- (A) Órgão Especial e o Presidente do Tribunal, respectivamente.
 - (B) Órgão Especial.
 - (C) Presidente do Tribunal.
 - (D) Presidente de Turma.
 - (E) Presidente de Turma e o Presidente do Tribunal, respectivamente.

18. Considere os seguintes tipos de processo, todos de competência do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, das Sessões Especializadas ou das Turmas:
- I. Ação rescisória.
 - II. Dissídio coletivo.
 - III. Mandado de segurança.
 - IV. Arguição de inconstitucionalidade.

Haverá a figura do Revisor no caso dos itens

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

19. Ficou constatado que houve quebra da ordem cronológica na quitação dos precatórios. Esse fato deve ser comunicado ao
- (A) Tribunal Pleno.
 - (B) Presidente do Tribunal.
 - (C) Presidente de Turma.
 - (D) Desembargador.
 - (E) Órgão Especial.

20. Na estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região existem as comissões de Regimento Interno, Jurisprudência, Informática e de Planejamento Estratégico denominadas
- (A) jurídicas.
 - (B) de estudo.
 - (C) permanentes.
 - (D) temporárias.
 - (E) auxiliares.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Um cidadão solicitou ao Poder Executivo federal que lhe informasse o valor da remuneração pelo exercício de cargo público de Advogado da União. De acordo com a Constituição Federal, trata-se de informação que

- (A) deve ser prestada ao cidadão, mediante comprovação de seu interesse particular em obtê-la.
- (B) deve ser prestada ao cidadão, independentemente de comprovação de seu interesse particular em obtê-la, uma vez que o Estado deve prestar todas as informações que são custodiadas pelos órgãos públicos.
- (C) deve ser prestada ao cidadão, independentemente da comprovação de seu interesse particular em obtê-la, uma vez que se trata de informação de interesse coletivo.
- (D) não deve ser prestada ao cidadão, visto que se trata de informação cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade.
- (E) não deve ser prestada ao cidadão, visto que se trata de informação cujo sigilo é imprescindível à segurança do Estado.

22. Convenção coletiva de trabalho autorizou a redução da jornada de trabalho dos empregados que assim concordassem, bem como a correspondente redução salarial, disciplinou a compensação de horários e fixou a variação do salário mínimo como índice de correção monetária dos salários dos empregados. A convenção coletiva compatibiliza-se, em tese, com a Constituição Federal apenas no que tange à

- (A) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial, bem como à fixação da variação do salário mínimo como índice de correção monetária.
- (B) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial, bem como à compensação de horários.
- (C) redução da jornada de trabalho e à correspondente redução salarial.
- (D) compensação de horários.
- (E) fixação da variação do salário mínimo como índice de correção monetária.

23. Uma parcela de determinada categoria de profissionais de Belo Horizonte, descontente com a atuação de seu sindicato, defende a fundação de um novo sindicato. Os idealizadores do movimento pretendem que o novo sindicato represente a mesma categoria do sindicato já existente e que, tal qual o outro, tenha por base territorial o Município de Belo Horizonte. À luz da Constituição Federal, o novo sindicato

- (A) não poderá ser fundado para a defesa da mesma categoria do sindicato já existente e tendo a mesma base territorial.
- (B) poderá ser fundado nos termos pretendidos, desde que mediante autorização governamental e registro no órgão competente.
- (C) poderá ser fundado nos termos pretendidos, não sendo exigível para tanto qualquer autorização governamental em razão do princípio da liberdade sindical.
- (D) poderá ser fundado nos termos pretendidos, desde que se volte, exclusivamente, para a defesa dos interesses individuais de seus filiados.
- (E) poderá ser fundado nos termos pretendidos, uma vez que a base territorial do sindicato não pode ser inferior à área do Município.

24. Considere a ementa de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. REAJUSTE SALARIAL. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. 1. A competência legislativa atribuída aos municípios se restringe a seus servidores estatutários. Não abrange ela os empregados públicos, porque estes estão submetidos às normas do Direito do Trabalho, que, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal, são de competência privativa da União. 2. Agravo regimental desprovido.”

(Agravo Regimental em Recurso Extraordinário 632.713, Relator Ministro Ayres Britto, Segunda Turma, julgado em 17/05/2011)

De acordo com o entendimento sintetizado na ementa do acórdão, as normas municipais relativas a reajuste salarial dos

- (A) servidores estatutários e dos empregados públicos inserem-se na competência legislativa do Município, não cabendo à União legislar sobre a matéria, por não se tratar de direito do trabalho.
- (B) empregados públicos inserem-se na competência legislativa do Município, vez que lhe cabe disciplinar o regime jurídico de seus servidores.
- (C) servidores estatutários e dos empregados públicos não se inserem na competência legislativa do Município, vez que a matéria é da competência legislativa privativa da União.
- (D) servidores estatutários não se inserem na competência legislativa do Município, embora o Município possa legislar sobre o reajuste salarial dos empregados públicos.
- (E) empregados públicos não se inserem na competência legislativa do Município, uma vez que a competência legislativa para tratar da matéria é da União.

25. Estado da federação pretende legislar sobre proteção à infância e juventude e sobre previdência social, assuntos que se inserem no rol constitucional de competências legislativas concorrentes entre União, Estados e Distrito Federal. Considerando que a União já editou Lei Federal dispendo sobre esses temas, o Estado

- (A) não poderá legislar sobre qualquer um deles, sequer para suplementar a legislação federal, uma vez que cabe ao Estado exercer sua competência legislativa nessas matérias apenas se ausente lei federal sobre o assunto.
- (B) poderá legislar apenas sobre proteção à infância e juventude, tendo em vista o interesse estadual nessa matéria, respeitadas as normas gerais e específicas editadas pela União.
- (C) somente poderá legislar sobre previdência social dos servidores públicos do Estado, sendo que a lei estadual revogará as normas gerais editadas pela União naquilo que for contrário.
- (D) poderá legislar sobre qualquer um deles para suplementar a legislação federal, não podendo as normas estaduais contrariar as normas gerais estabelecidas pela União.
- (E) poderá legislar sobre qualquer um deles, limitando-se a editar normas gerais, que revogarão as normas editadas pela União naquilo que for contrário.



26. Empresa pública estadual pretende contratar advogados para preenchimento de empregos públicos vagos em seu departamento jurídico. Considerando que os advogados não exercerão a função de direção, chefia e de assessoramento, a empresa pública deverá
- I. contratá-los mediante concurso público, válido pelo prazo de dois anos, prorrogável uma vez por igual período, sendo vedada a livre nomeação pelo dirigente da entidade.
 - II. aplicar-lhes as normas relativas ao regime geral da Previdência Social.
 - III. remunerá-los em valor não inferior ao pago pelo Estado aos Procuradores do Estado, que exercem a advocacia pública do Estado, em razão do princípio da equiparação salarial.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

27. Servidor público aposentado no cargo público de engenheiro estadual está em vias de ser nomeado para o exercício de cargo público em comissão, privativo de engenheiro, declarado por lei de livre nomeação e exoneração. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, o servidor

- (A) não poderá exercer o cargo público em comissão, ainda que renuncie aos proventos da aposentadoria, tendo em vista que servidor aposentado não pode ocupar cargo ou emprego público.
- (B) não poderá exercer o cargo público em comissão, ainda que renuncie aos proventos da aposentadoria, tendo em vista que servidor aposentado apenas pode ocupar emprego público.
- (C) poderá exercer o cargo público em comissão e perceber a respectiva remuneração cumulada com os proventos da aposentadoria, tendo em vista que a vedação constitucional à acumulação desses valores não se aplica aos cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- (D) poderá exercer o cargo público em comissão, mas deverá optar por perceber a remuneração do cargo público ou perceber os proventos da aposentadoria, sendo vedada a cumulação desses valores.
- (E) poderá exercer o cargo público em comissão, devendo perceber a respectiva remuneração, vedada sua cumulação com os proventos da aposentadoria por expressa disposição constitucional.

28. Deputado Federal pretende apresentar projeto de lei complementar estabelecendo que:

- I. Os Estados e o Distrito Federal elegerão seus Senadores em número proporcional à sua população, devendo cada unidade da Federação ter ao menos três e no máximo cinco Senadores.
- II. Os Estados e o Distrito Federal elegerão seus Deputados em número proporcional à sua população, devendo cada unidade da Federação ter ao menos oito e no máximo setenta Deputados.
- III. O mandato dos Senadores será de quatro anos, assim como o mandato dos Deputados.

É compatível com a Constituição Federal o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

29. Após o decurso de quatro anos de exercício da magistratura, determinado Juiz foi removido de comarca, por motivo de interesse público, independentemente de sua vontade, por decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal, em processo que respeitou a ampla defesa do magistrado. Um ano mais tarde, o mesmo Juiz praticou ato criminoso que lhe acarretou a perda do cargo por decisão judicial transitada em julgado. Essa situação é

- (A) compatível com a Constituição Federal, não tendo sido violadas as garantias da inamovibilidade e da vitaliciedade.
- (B) compatível com a Constituição Federal, uma vez que não se aplicam a esse magistrado as garantias da inamovibilidade e da vitaliciedade em razão do pouco tempo de exercício do cargo.
- (C) incompatível com a Constituição Federal, por violação da garantia da inamovibilidade, uma vez que apenas o Conselho Nacional da Justiça poderia ter determinado a remoção do magistrado por motivo de interesse público.
- (D) incompatível com a Constituição Federal, por violação da garantia da inamovibilidade, uma vez que a remoção do magistrado não poderia ter ocorrido senão a pedido dele próprio.
- (E) incompatível com a Constituição Federal, por violação da garantia da vitaliciedade, uma vez que apenas o Conselho Nacional de Justiça poderia ter determinado a perda do cargo do magistrado.



30. Determinada empresa foi multada por órgão público de fiscalização das relações de trabalho em razão das irregulares condições a que seus empregados eram submetidos durante a jornada de trabalho. A empresa, inconformada com a multa, ajuizou ação perante a Justiça do Trabalho para que fosse reduzido o seu valor. Alguns de seus empregados, de outro lado, ajuizaram ações perante a Justiça do Trabalho em que pleitearam a condenação da empresa no pagamento de indenização pelos danos morais que sofreram por força da relação de trabalho. Nessa situação, à luz da Constituição Federal, a Justiça do Trabalho
- (A) não é competente para julgar a ação proposta pela empresa, nem as ações propostas pelos empregados.
 - (B) não é competente para julgar a ação proposta pela empresa, uma vez que a multa apenas poderá ser revista no processo administrativo em que foi imposta, embora a Justiça do Trabalho seja competente para julgar as ações propostas pelos empregados.
 - (C) não é competente para julgar a ação proposta pela empresa, embora a Justiça do Trabalho seja competente para julgar as ações propostas pelos empregados, já que os danos morais foram decorrentes da relação de trabalho.
 - (D) não é competente para julgar as ações propostas pelos empregados, uma vez que esses não reclamaram a condenação da empresa no pagamento de verbas trabalhistas, embora a Justiça do Trabalho seja competente para julgar a ação proposta pela empresa.
 - (E) é competente para julgar a ação proposta pela empresa, bem como as ações propostas pelos empregados.
34. Marlon, chefe de determinada repartição pública, ao aplicar penalidade ao servidor Milton, equivocou-se, e aplicou pena de advertência, ao invés da pena de suspensão. No caso narrado, há
- (A) mera irregularidade, inexistindo qualquer vício no ato administrativo.
 - (B) vício relativo ao objeto do ato administrativo.
 - (C) vício de finalidade do ato administrativo.
 - (D) vício de motivo do ato administrativo.
 - (E) vício relativo à forma do ato administrativo.
35. O Estado de Minas Gerais, assim como os demais Estados-Membros e também os Municípios, detêm competência legislativa própria que não decorre da União Federal, nem a ela se subordina, mas encontra seu fundamento na própria Constituição Federal. Trata-se da denominada
- (A) descentralização funcional.
 - (B) descentralização administrativa.
 - (C) desconcentração.
 - (D) descentralização política.
 - (E) descentralização por colaboração.

Noções de Direito Administrativo

31. Flávio, após passar em concurso público de âmbito federal, foi nomeado e tomou posse no respectivo cargo público. No entanto, Flávio não satisfaz as condições do estágio probatório. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Flávio será
- (A) punido com suspensão de quinze dias.
 - (B) exonerado de ofício.
 - (C) demitido.
 - (D) punido com advertência.
 - (E) punido com suspensão de noventa dias.
32. Márcia, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, foi chamada pelo setor competente do referido Tribunal para atualizar seus dados cadastrais, recusando-se a assim o fazer. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar para a penalidade a que está sujeita Márcia prescreverá em
- (A) 180 dias.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 3 anos.
 - (E) 120 dias.
33. Justina, técnica do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, saiu antecipadamente do serviço em dois dias no mês de maio de 2015. Ambas as saídas antecipadas ocorreram para levar suas filhas, Amanda e Larissa, ao médico, em consultas de rotina. Seu horário de saída é 17 h, porém, em ambas as oportunidades, saiu às 16 h do serviço. Justina não perderá a parcela de remuneração diária, proporcional às saídas antecipadas, se houver compensação de horário, a ser estabelecida pela chefia imediata. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, deverá compensar as duas horas até o
- (A) mês de julho de 2015.
 - (B) último dia útil de maio de 2015.
 - (C) mês de junho de 2015.
 - (D) último dia útil do ano de 2015.
 - (E) mês de agosto de 2015.
36. José, servidor público federal e chefe de determinado setor, emitiu ofício aos seus subordinados, em caráter oficial, contendo matéria administrativa pertinente à organização dos trabalhos. O ato administrativo em questão classifica-se como
- (A) ordinatório.
 - (B) enunciativo.
 - (C) normativo.
 - (D) negocial.
 - (E) punitivo.
37. O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, ocorrido no ano de 2001, entendeu não caber ao Banco "X" negar, ao Ministério Público, informações sobre nomes de beneficiários de empréstimos concedidos pela instituição, com recursos subsidiados pelo erário federal, sob invocação do sigilo bancário, em se tratando de requisição de informações e documentos para instruir procedimento administrativo instaurado em defesa do patrimônio público. Trata-se de observância ao princípio da
- (A) impessoalidade.
 - (B) proporcionalidade.
 - (C) publicidade.
 - (D) motivação.
 - (E) supremacia do interesse privado.



38. Considere a seguinte situação hipotética: o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região instaurou processo disciplinar contra dois servidores públicos do Tribunal, Maurício e Rafael, para apurar responsabilidade por prática de conduta grave, passível da penalidade de demissão. Após iniciada a fase do inquérito e tipificada a infração disciplinar com a indicição dos servidores, ambos foram citados para apresentar defesa escrita. O prazo para a apresentação das defesas será
- (A) individual, sendo de quinze dias para cada servidor.
 (B) individual, sendo de dez dias para cada servidor.
 (C) comum e de trinta dias.
 (D) comum e de vinte dias.
 (E) comum e de quinze dias.
39. O Ministério Público ingressou com ação contra diversas empresas, dentre elas, uma empresa pública municipal prestadora de atividade econômica, pleiteando reparação por suposto dano gerado ao patrimônio público. No que concerne ao prazo para defesa da empresa pública, bem como ao tema da penhora de bens, vigora o prazo
- (A) em quádruplo e a impenhorabilidade dos bens.
 (B) em dobro e a impenhorabilidade dos bens.
 (C) em quádruplo e admitida a penhora dos bens.
 (D) simples e a impenhorabilidade dos bens.
 (E) simples e admitida a penhora dos bens.
40. O estabelecimento de tarifas reduzidas para usuários de serviços públicos, que possuem menor poder aquisitivo,
- (A) é legítimo e corresponde à aplicação do princípio da modicidade das tarifas.
 (B) viola o princípio da legalidade.
 (C) viola o princípio da igualdade dos usuários de serviços públicos, devendo o Estado promover outros meios para privilegiar tais pessoas.
 (D) viola o princípio da flexibilidade dos meios aos fins.
 (E) é legítimo e corresponde à aplicação do princípio da razoabilidade e da igualdade dos usuários.
- Noções de Direito do Trabalho**
41. Ana trabalhou em uma residência como cozinheira de 5 de maio de 2013 a 6 de julho de 2014. No período indicado e na data da rescisão do contrato de trabalho, é devido à categoria profissional de Ana, podendo ser exigido seu cumprimento de imediato pela empregada, o direito a
- (A) adicional noturno.
 (B) jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais de trabalho.
 (C) FGTS obrigatório.
 (D) seguro-desemprego obrigatório.
 (E) auxílio-creche.
42. Afonso, nascido em 16/01/1998, trabalhou como empregado, exercendo a função de Ajudante Geral de 31/01/2014 a 18/11/2014, tendo pedido demissão, cumprido o prazo do aviso prévio trabalhando. Deseja ingressar com Reclamação Trabalhista logo após a sua saída contra sua ex-empregadora para requerer o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS para comprovação de seu tempo de serviço, além do pagamento de diferenças de horas extras. Neste caso,
- (A) não se aplica o prazo prescricional final previsto na Constituição Federal para ambos os direitos.
 (B) o prazo final para Afonso ajuizar a referida ação é 18/11/2016, tendo em vista a prescrição do direito de ação, para ambos os pedidos.
 (C) não se aplica o prazo prescricional final previsto na Constituição Federal para o pedido de registro em CTPS, aplicando-se somente para o pedido de diferenças de horas extras.
 (D) não se aplica o prazo prescricional final previsto na Constituição Federal para as diferenças de horas extras, aplicando-se para o pedido de registro em CTPS.
 (E) Afonso não poderá ingressar com Reclamação Trabalhista, pois a sua contratação é nula.
43. É parcela que repercute no cálculo das férias acrescidas de 1/3 do empregado:
- (A) abono e rendimento do PIS/PASEP.
 (B) salário-família pago no valor previsto em lei.
 (C) adicional de horas extras recebidas habitualmente.
 (D) participação nos lucros ou resultados.
 (E) diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado e não se sujeitam à prestação de contas.
44. No tocante ao Direito Coletivo do Trabalho, considere:
- I. São consideradas relações coletivas de trabalho tanto aquelas que abrangem o sindicato dos empregados (categoria profissional) e o sindicato de empresas (categoria econômica), como também aquelas estabelecidas diretamente entre o sindicato dos empregados e uma ou mais empresas, sem a representação da entidade sindical patronal.
- II. No Brasil vigora o princípio da liberdade sindical, onde trabalhadores e empregadores têm o direito de se agruparem e constituírem de forma livre entidades sindicais representativas, sem a interferência do Poder Público, ressalvado a necessidade do registro em órgão competente, para fins de publicidade para os outros sindicatos, para impugnação quando se tratar de mesma categoria ou mesma base territorial.
- III. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano e meio após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
 (B) I e III, apenas.
 (C) II, apenas.
 (D) I e II, apenas.
 (E) III, apenas.



45. Maria da Glória foi dispensada por justa causa por não atender aos ditames inseridos no regulamento da empresa em que trabalhava, devidamente depositado no Ministério do Trabalho, que limitava o uso do banheiro em, no máximo, cinco minutos, no período da manhã e no período da tarde. A mesma já tinha sido advertida por escrito duas vezes anteriormente pela falta cometida. No caso exposto,
- (A) está correto o uso do poder de direção do empregador, porque o regulamento de empresa estava devidamente depositado no Ministério do Trabalho, produzindo efeitos jurídicos nos contratos de trabalho.
- (B) está correto o uso do direito de controle do empregador, uma vez que ao assumir os riscos do empreendimento, pode exigir ao máximo a prestação dos serviços de seus colaboradores dentro do horário de serviço.
- (C) há abuso do poder de direção do empregador, uma vez que inserir no regulamento de empresa tal proibição fere o direito à dignidade da trabalhadora.
- (D) há abuso do poder de direção do empregador, uma vez que a limitação ao uso do banheiro deveria ter sido estipulada na contratação da colaboradora, em suas cláusulas do contrato individual de trabalho, e não em regulamento interno.
- (E) é errônea a forma de rescisão do contrato de trabalho, pois a dispensa por justa causa somente ocorre após a aplicação de três advertências e não duas, como no caso.
46. Mário ausentou-se do trabalho por três dias por ter se casado, tirando suas férias vencidas em seguida, e, finalmente, deixando de retornar ao trabalho por ter acompanhado sua esposa que foi, voluntariamente, doar sangue, sem previsão de abono de falta em norma coletiva. Nos casos expostos, tem-se, respectivamente, a caracterização no contrato de trabalho de:
- (A) interrupção, interrupção e suspensão, respectivamente.
- (B) interrupção, suspensão e suspensão, respectivamente.
- (C) suspensão, interrupção e interrupção, respectivamente.
- (D) suspensão, em todos os casos.
- (E) interrupção, em todos os casos.
47. Considerando que um empregado trabalhe sob o regime normal de jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, com 1 hora de intervalo para refeição, tendo ele laborado das 13 h até às 22 h de sábado, o primeiro horário em que ele deverá retornar ao local de trabalho será às
- (A) 6 h da manhã de domingo.
- (B) 10 h da manhã de segunda-feira.
- (C) 7 h da manhã de domingo.
- (D) 8 h da manhã de segunda-feira.
- (E) 9 h da manhã de segunda-feira.
48. De acordo com a Constituição Federal de 1988, dentre os direitos sociais assegurados ao trabalhador, NÃO está a
- (A) introdução do terço constitucional sobre as férias.
- (B) proteção em face de automação, na forma da lei.
- (C) criação dos turnos ininterruptos de revezamento com jornada especial de 6 horas diárias.
- (D) criação de licença paternidade, de cinco dias.
- (E) irredutibilidade do salário, independentemente de disposição em convenção ou acordo coletivo, salvo em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados.
49. Quanto ao instituto do aviso prévio:
- (A) é a comunicação que uma parte da relação de emprego faz a outra, informando que não tem a intenção de manter o contrato de trabalho, previsto apenas para os contratos por prazo indeterminado.
- (B) a falta de aviso prévio pelo empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo respectivo, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.
- (C) seu prazo será proporcional ao tempo de serviço do empregado, desde que este receba por mês e esteja empregado há, pelo menos, um ano na empresa, acrescendo-se 3 dias a mais por ano trabalhado no seu cálculo.
- (D) com o advento da lei que estipulou o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, foram revogadas todas as cláusulas previstas em acordos ou convenções coletivas de trabalho, bem como em dispositivos coletivos, que previam o instituto com proporcionalidade mais benéfica ao trabalhador.
- (E) a falta de cumprimento pelo empregado, sem a respectiva justificativa, retira-lhe o direito ao recebimento não só do salário do prazo respectivo, como também das demais verbas rescisórias a que teria direito.
50. A respeito das normas que tratam de segurança e medicina do trabalho, é INCORRETO afirmar que
- (A) é obrigação e por conta do empregador, conforme atividades desenvolvidas e instruções do Ministério do Trabalho, a exigência de exames médicos admissional, periódicos e demissional.
- (B) os equipamentos de proteção individual, adequados ao risco e em perfeito estado de conservação, serão fornecidos pelo empregador, com o devido desconto em folha do empregado, uma vez que se trata de ferramenta de trabalho.
- (C) no tocante às edificações, para que garantam perfeita segurança aos trabalhadores deverão ter, no mínimo, três metros de pé-direito, assim considerada a altura livre do piso ao teto.
- (D) o trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância do trabalhador, conforme normas do Ministério do Trabalho e Laudo Técnico, assegura a percepção do respectivo adicional de acordo com sua classificação em grau mínimo, médio ou máximo.
- (E) o adicional de periculosidade será devido aos trabalhadores expostos na forma da regulamentação em vigor sobre a matéria a agentes inflamáveis, explosivos, energia elétrica e o uso de motocicleta, sendo necessária, nesta última, a sua inclusão nos quadros das atividades do Ministério do Trabalho para percepção do respectivo adicional.



Noções de Direito Processual do Trabalho

51. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "Z". O processo foi devidamente contestado pela reclamada, tendo sido realizada perícia para apuração de insalubridade no local de trabalho. Após entrega do laudo pericial e manifestação das partes, foi designada audiência de instrução e julgamento. Na data da referida audiência não compareceram a reclamante e nem o seu advogado, mas compareceram a reclamada e seu patrono. Neste caso, considerando que as partes estavam devidamente intimadas da referida audiência, inclusive, para prestarem depoimento pessoal, sob pena de confissão,

- (A) a audiência se realizará sem a presença de Joana e para ela será aplicada a pena de confissão no tocante às questões de fatos nas quais lhe cabia o ônus da prova.
- (B) o processo será arquivado, e Joana será condenada às custas e despesas processuais, havendo expresso dispositivo legal neste sentido.
- (C) será marcada nova audiência, com a intimação pessoal de Joana, em razão da ausência também de seu advogado.
- (D) será marcada nova audiência, com intimação de Joana através de seu advogado, uma vez que regularmente constituído nos autos.
- (E) a audiência se realizará sem a presença de Joana sendo que para ela não será aplicada a pena de confissão, uma vez que esta é aplicada exclusivamente à parte reclamada.

52. Gilda ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "G" tendo sido a referida reclamação julgada totalmente improcedente. Sabendo-se que o valor atribuído à causa foi de R\$ 200.000,00, e que Gilda não é beneficiária da justiça gratuita, para ajuizar Recurso Ordinário, Gilda

- (A) terá que pagar o valor de R\$ 2.000,00 dentro do prazo recursal sob pena de deserção.
- (B) terá que pagar o valor de R\$ 4.000,00 dentro do prazo recursal sob pena de deserção.
- (C) terá que pagar o valor de R\$ 1.000,00 dentro do prazo recursal sob pena de deserção.
- (D) está isenta do pagamento das custas, uma vez que estas não são devidas ao reclamante quando da interposição de recurso, sendo devidas apenas com o trânsito em julgado.
- (E) está isenta do pagamento das custas, uma vez que estas não são devidas ao reclamante na Justiça do Trabalho.

53. Gabriela ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa "S" dando à causa o valor de R\$ 27.800,00. Gabriela convidou Bruna, Soraya e Janine para prestarem depoimento testemunhal. Neste caso,

- (A) as três testemunhas poderão prestar depoimento testemunhal, sendo que comparecerão à audiência de instrução e julgamento mediante prévia intimação pessoal.
- (B) as três testemunhas poderão prestar depoimento testemunhal, sendo que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- (C) Gabriela terá que escolher duas das três testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento mediante prévia intimação pessoal.
- (D) Gabriela terá que escolher duas das três testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- (E) o magistrado escolherá apenas duas das três testemunhas de Gabriela, desde que todas estejam presentes na audiência de instrução e julgamento.

54. Na execução de sentença proferida em reclamação trabalhista, contra as decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho

- (A) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma estadual ou federal.
- (B) caberá, em qualquer hipótese, Recurso de Revista, no prazo de oito dias.
- (C) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa à súmula ou jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) caberá, em qualquer hipótese, Recurso de Revista, no prazo de quinze dias.
- (E) não caberá Recurso de Revista, exceto quando ocorrer ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

55. Simon arrematou uma casa em leilão judicial no qual os bens da empresa "X" foram leiloados para pagamento de diversas reclamações trabalhistas. O lance de Simon foi de R\$ 500.000,00. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Simon deverá garantir o lance com

- (A) sinal de R\$ 100.000,00 e pagar o preço da arrematação dentro de 24 horas.
- (B) o seu preço integral no ato da arrematação no leilão judicial.
- (C) sinal de R\$ 50.000,00 e pagar o preço da arrematação dentro de 24 horas.
- (D) sinal de R\$ 100.000,00 e pagar o preço da arrematação dentro de 48 horas.
- (E) sinal de R\$ 50.000,00 e pagar o preço da arrematação dentro de cinco dias.



56. De acordo com a Súmula 422 do Tribunal Superior do Trabalho “*Não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnem os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta*”. Neste caso, está sendo aplicado o princípio

- (A) da estabilidade da lide.
- (B) da lealdade processual.
- (C) da delimitação recursal.
- (D) do dispositivo.
- (E) da dialeticidade.

57. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Indeferimento da petição inicial.
- II. Indeferimento do requerimento da realização de perícia para apuração de periculosidade.
- III. Juiz acolhe alegação de litispendência.
- IV. Juiz acolhe alegação de coisa julgada.

Caberá Recurso Ordinário nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

58. Considere:

- I. Interposição de Recurso Ordinário para Tribunal Regional do Trabalho.
- II. Interposição de Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho.
- III. Agravo de Petição contra decisão em Embargos à Execução proferida por juiz de Vara do Trabalho.
- IV. Agravo de Instrumento proposto em face de decisão reconhecendo a deserção de Recurso Ordinário proferida por juiz de Vara do Trabalho.

O *jus postulandi* das partes, estabelecido no artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho abrange as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.

59. Na reclamação trabalhista movida contra a empresa “B” Cláudia está assistida pelo sindicato de sua categoria profissional. Considerando que Cláudia recebe o salário mensal de R\$ 1.500,00, neste caso, julgada procedente a reclamação, contra “B”

- (A) caberá a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 20% do valor da condenação.
- (B) caberá a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 30% do valor da condenação.
- (C) caberá a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% do valor da condenação.
- (D) não caberá a condenação ao pagamento de honorários advocatícios uma vez que Cláudia recebe salário maior que o mínimo legal.
- (E) não caberá a condenação ao pagamento de honorários advocatícios uma vez que se trata de dissídio individual.

60. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido Recurso de Revista

- (A) quando derem ao mesmo dispositivo de Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo e sentença normativa interpretação divergente, da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma.
- (B) na hipótese exclusiva de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (C) quando derem ao mesmo dispositivo de Lei Federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma.
- (D) por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (E) quando derem ao mesmo dispositivo de Lei Federal interpretação diversa da que lhe houver dado a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

**PROVA DISSERTATIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

- “5. Será atribuída nota ZERO à Prova Dissertativa-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
6. A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Dissertativa-Redação pela Banca Examinadora.
7. Na Prova Dissertativa-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Dissertativa-Redação.
8. A Prova Dissertativa-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota** igual ou superior a **60 (sessenta) pontos.**”

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Dissertativa – Redação

I

Para além da fidelidade e integridade da informação, problema que se impunha com os veículos tradicionais da mídia, hoje, com a internet, o homem enfrenta um novo desafio: distinguir, de uma profusão de informações supérfluas, as que lhe importam na formação de um pensamento que garanta sua identidade e papel social.

II

Ponto de vista não é apenas a opinião que desenvolvemos sobre determinado assunto, mas também o lugar a partir de onde consideramos o mundo e que influencia de maneira cabal nossas percepções e ações.

III

*Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. “A flor e a náusea”)

Redija um texto dissertativo-argumentativo a partir do que se afirma em I, II e III.



PROVA DISSERTATIVA – REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

